

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO – COMO PREVENIR DOENÇAS GENÉTICAS

Marcello Valle

Para alguns casais, gerar uma criança é uma decisão ética. Alguns são portadores de doenças genéticas e temem que seus filhos sofram do mesmo problema. São problemas como hemofilia, distrofia muscular, anemia falciforme e alterações ligadas ao fator Rh. Entretanto, há uma técnica que permite gerar bebês saudáveis. Trata-se do Diagnóstico Genético Pré-Implantação (ou PGD).

Essa técnica foi desenvolvida há uma década por pesquisadores londrinos e não foi bem recebida de imediato, pois criava impasses éticos. Via-se no PGD uma maneira de os pais controlarem o perfil genético e escolherem o sexo do futuro bebê.

Hoje, o PGD é totalmente aceito, inclusive no Brasil, e é uma forma precoce de diagnóstico pré-natal. É feito por meio de uma biópsia do embrião no seu terceiro dia de vida para detectar possíveis doenças. É um procedimento tecnicamente desafiador, que exige um bom entendimento de embriologia e biologia molecular.

O PGD associa métodos aplicados em reprodução assistida às técnicas de investigação genética. A biópsia do embrião inicial (entre seis e dez células) permite o estudo genético de uma única célula, possibilitando a transferência de embriões normais para as características testadas.

No Brasil, o Código de Ética do Conselho Federal de Medicina não permite a seleção sexual do embrião. Entretanto, especificamente no caso de haver doença genética ligada ao sexo (como hemofilia), é possível identificar os embriões masculinos e femininos, transferindo apenas o sexo que não tem possibilidade de ter a doença. O PGD é também indicado em casos de gravidez tardia, em especial nas gestantes acima de 35 anos. Quanto maior a idade, mais chance de dar à luz bebês com problema genéticos e de sofrer aborto espontâneo.

1. "Para alguns casais, gerar uma criança é uma decisão ética"; a forma de reescrever-se essa frase com alteração de seu sentido é:
 - (A) Para alguns casais, é uma decisão ética gerar uma criança;
 - (B) Gerar uma criança, para alguns casais, é uma decisão ética;
 - (C) É uma decisão ética, para alguns casais, gerar uma criança;
 - (D) É uma decisão ética gerar uma criança para alguns casais;
 - (E) Gerar uma criança é uma decisão ética, para alguns casais.
2. Se a decisão é "ética" ele interfere com valores:
 - (A) econômicos;
 - (B) políticos;
 - (C) morais;
 - (D) religiosos;
 - (E) sociais.

3. "Essa técnica foi desenvolvida há uma década por pesquisadores londrinos e não foi bem recebida de imediato, pois criava impasses éticos. Via-se no PGD uma maneira de os pais controlarem o perfil genético e escolherem o sexo do futuro bebê"; o comentário INCORRETO sobre esse segmento do texto é:
 - (A) a técnica aludida é a do PGD;
 - (B) a técnica vem sendo desenvolvida por dez anos;
 - (C) o impasse ético aludido é o do controle genético;
 - (D) escolher o sexo do futuro bebê não é visto como um fato positivo;
 - (E) a técnica do PGD demorou um pouco a ser aceita.
4. O PGD é "uma forma precoce de diagnóstico pré-natal"; isso significa que o PGD:
 - (A) ainda não está totalmente desenvolvido;
 - (B) identifica bem cedo problemas do embrião;
 - (C) é feito com a finalidade de antecipar o nascimento do bebê;
 - (D) indica problemas do bebê pouco antes do nascimento;
 - (E) alerta para o caso de o bebê nascer antes do momento previsto.
5. "É um procedimento tecnicamente desafiador"; esta afirmação se justifica porque:
 - (A) o PGD exige bom preparo dos profissionais;
 - (B) é um procedimento ainda bastante novo;
 - (C) se trata de um procedimento não totalmente conhecido;
 - (D) a técnica deve ser adquirida em tempo recorde;
 - (E) o PGD é realizado com risco de morte da paciente grávida.
6. "o Código de Ética do Conselho Federal de Medicina **não permite** a seleção sexual do embrião"; a forma em negrito equivale à forma "proibe". A alternativa em que a equivalência apontada está ERRADA é:
 - (A) não trabalha aos domingos = descansa aos domingos;
 - (B) não aceita trabalho pesado = recusa trabalho pesado;
 - (C) não intervém na briga = participa da briga;
 - (D) não falou diante do juiz = emudeceu diante do juiz;
 - (E) não sabe a verdade = ignora a verdade.
7. "aborto espontâneo", referido na última linha do texto, é aquele que:
 - (A) ocorre sem que tenha sido provocado;
 - (B) é causado por medicamentos específicos;
 - (C) é fruto da vontade da gestante;
 - (D) acontece em casos de perigo de vida para a gestante;
 - (E) é provocado exclusivamente pelo próprio embrião.

8. "espontâneo" é palavra grafada com S; a alternativa abaixo que mostra uma palavra erradamente grafada é:
- (A) misto;
 - (B) sesta;
 - (C) estender;
 - (D) esplêndido;
 - (E) estinguir.
9. O principal objetivo deste texto deve ser:
- (A) causar interesse nos leitores pela seleção do sexo dos bebês;
 - (B) criticar certas posições retrógradas de nossas autoridades médicas;
 - (C) informar os leitores sobre questões médicas;
 - (D) analisar questões sobre o ponto de vista social;
 - (E) provocar suspense por meio de ocultamento de dados.
10. "Hoje o PGD é totalmente aceito, inclusive no Brasil"; esta frase significa que o PGD é aceito:
- (A) em todos os países, até mesmo no Brasil;
 - (B) sem restrições, mesmo no Brasil;
 - (C) em todos os lugares, exceto no Brasil;
 - (D) de forma ampla e em todos os países, até no Brasil;
 - (E) no Brasil, mesmo que não totalmente.

RECURSOS HUMANOS

11. Criado pelo art.16 da Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, vinculado à Secretaria da Administração Federal da Presidência da República – SAR/PR, tem como finalidade assessorar o Ministro de Estado Chefe da referida Secretaria e o Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia na Elaboração da Política de Recursos Humanos para a área de Ciência e Tecnologia.
- (A) CPC;
(B) RJU;
(C) SIAPE;
(D) MCT;
(E) CNPq.
12. Segundo o Plano de Ciência e Tecnologia (Lei 8691/93), NÃO é correto afirmar que:
- (A) a progressão do servidor na respectiva carreira ocorrerá exclusivamente em consequência de seu desempenho;
(B) a progressão ocorrerá de um padrão para o outro imediatamente superior, dentro da mesma classe;
(C) a progressão ocorrerá do último padrão de uma classe para o inicial da classe imediatamente superior;
(D) o interstício mínimo para a progressão será de dezoito meses;
(E) qualquer progressão nas carreiras deverá ser aprovada, caso a caso, por comissões criadas para esse fim nos órgãos e entidades onde os servidores estejam lotados.
13. O Plano de Ciência e Tecnologia (Lei 8691/93) prevê um acréscimo de vencimento por Titulação. À luz da Lei 8691/93 NÃO é correto afirmar que:
- (A) os portadores de títulos de doutor e mestre farão jus a um acréscimo de vencimento;
(B) o título de doutor deverá ser compatível com as atividades dos órgãos ou entidades onde o servidor estiver lotado;
(C) os portadores de certificado de aperfeiçoamento ou de especialização não farão jus a um acréscimo de vencimento;
(D) os cursos de Doutorado e Mestrado, para fins previstos na Lei, serão considerados somente se credenciados no Conselho Federal de Educação;
(E) os cursos de Doutorado e Mestrado, para fins previstos na Lei, quando realizados no exterior, terão que ser revalidados por instituição nacional competente para tanto.
14. Julgue os itens abaixo segundo a Lei 8691/93 e marque a afirmativa INCORRETA:
- (A) Roberta é pesquisadora titular, realiza pesquisa no laboratório parasitologia após dez anos da conclusão do doutorado;
(B) Mônica é tecnologista pleno 2, tem grau de mestre e atua em atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico há mais de cinco anos;
(C) Renata é analista em ciência e tecnologia pleno 1, realiza atividades de gestão no Instituto Oswaldo Cruz após nove anos da conclusão do doutorado;
(D) Antônio é analista em ciência e tecnologia pleno 2, realiza atividades de gestão na Escola Nacional de Saúde Pública após dois anos de conclusão do doutorado;
(E) Carlos é pesquisador associado, realiza pesquisas no Instituto Fernandes Figueira após três anos da obtenção do título de doutor.
15. João Marcelo é um Pesquisador que tem realizado estudos relevantes em sua área de atuação e obteve o título de doutor a menos de dois anos. Considerando o Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia (Lei 8691/93) o servidor encontra-se na seguinte classe da carreira de pesquisa:
- (A) Pesquisador Adjunto;
(B) Pesquisador Titular;
(C) Assistente de Pesquisa;
(D) Pesquisador Associado;
(E) Pesquisador pleno 2
16. Segundo o Plano de C&T (Lei 8691/93), a Carreira de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia é destinada a servidores habilitados a exercer, entre outras atividades: apoio à direção, coordenação, organização, planejamento e controle e avaliação de projetos. A carreira de Gestão planejamento e infra-estrutura esta constituída de três cargos e o cargo de Analista em C&t dividido em cinco classes, dentre as quais NÃO se inclui:
- (A) Analista em Ciência e Tecnologia Pleno 2;
(B) Analista em Ciência e Tecnologia Sênior;
(C) Analista em Ciência e Tecnologia Pleno 1;
(D) Analista em Ciência e Tecnologia Pleno 3;
(E) Analista em Ciência e Tecnologia Assistente.
17. Segundo a norma que rege o serviço público federal (Lei 8112/90), a posse em cargo público:
- (A) dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado;
(B) ocorrerá no prazo de 60 dias contados da publicação do ato de provimento;
(C) não poderá dar-se mediante procuração específica;
(D) poderá ter alterado seu respectivo termo, unilateralmente, por qualquer das partes, em qualquer caso;
(E) o servidor estará dispensado de apresentar declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

18. Considerando ainda a mesma norma (Lei 8.112/90), o exercício de cargo público ou função de confiança:
- (A) é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou função de confiança.
 - (B) terá início no prazo de 90 dias após o servidor ser empossado em cargo público.
 - (C) o exercício de função de confiança será anterior a data de publicação do ato de designação.
 - (D) é dado pela autoridade competente de qualquer órgão, mesmo não sendo da instituição para onde o servidor tiver sido nomeado.
 - (E) terá início no prazo de 120 dias após o servidor ser empossado em cargo público.
19. Segundo o Regime Jurídico Único (Lei 8.112/90), ao entrar em exercício, os servidores nomeados para o cargo de provimento ficarão sujeitos a estágio probatório por período de vinte e quatro meses, durante o qual suas aptidões serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo. Serão observados os seguintes fatores, EXCETO:
- (A) disciplina;
 - (B) capacidade de iniciativa;
 - (C) produtividade;
 - (D) capacidade de liderança;
 - (E) responsabilidade.
20. Segundo o Regime Jurídico Único (Lei 8.112/90), o servidor que estiver em estágio probatório:
- (A) não poderá exercer cargo de provimento em comissões.
 - (B) não poderá exercer funções de direção.
 - (C) será exonerado se não for aprovado;
 - (D) não poderá ser reconduzido ao cargo anteriormente ocupado se não for aprovado e for estável;
 - (E) terá sua avaliação de desempenho submetido à homologação da autoridade competente somente após de findo o período do estágio probatório.
21. Tendo como referência o Regime Jurídico Único (Lei 8.112/90), é correto afirmar sobre o concurso público, EXCETO:
- (A) o concurso público terá validade de dois anos, podendo ser prorrogado uma vez por igual período;
 - (B) o prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital;
 - (C) o edital deverá ser publicado em Diário Oficial e em Jornal diário de grande circulação;
 - (D) se abrirá novo concurso mesmo enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.
 - (E) Às pessoas portadoras de deficiência será reservado um percentual definido das vagas oferecidas no concurso.
22. Segundo o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (DECRETO Nº 1.171/94) são deveres fundamentais do servidor público, EXCETO:
- (A) jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo;
 - (B) tratar cuidadosamente os usuários dos serviços, aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público;
 - (C) ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal;
 - (D) ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal;
 - (E) zelar, no exercício do direito de greve, pelas reivindicações de sua categoria.
23. À luz do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (DECRETO Nº 1.171/94) é vedado ao servidor público, EXCETO:
- (A) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem;
 - (B) prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam;
 - (C) utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister;
 - (D) usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material;
 - (E) ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão.
24. A relação entre as abordagens clássica e humanística de desempenho de cargos se caracteriza, entre outras, pela seguinte diferença:
- (A) no modelo clássico: ênfase na pessoa; na humanista: ênfase na tecnologia;
 - (B) no modelo clássico: comportamento social; na humanista: autoridade;
 - (C) no modelo clássico: aspectos informais da organização; na humanista: aspectos formais;
 - (D) no modelo clássico: gerente no comando; na humanista: gerente na liderança;
 - (E) no modelo clássico: participação; na humanista: obediência.
25. É uma característica da era da Informação:
- (A) padrões duplos de interação em cargos mutáveis e inovadores;
 - (B) incapacidade para mudança e inovação;
 - (C) ênfase na eficiência da produção;
 - (D) coordenação descentralizada sob dupla subordinação;
 - (E) intensa interação por meio de cargos auto-definidos e mutáveis.

26. A teoria neoclássica descolou progressivamente a atenção antes dirigida às chamadas atividades-meio para os objetivos ou finalidades da organização. Nos conceitos da Administração por Objetivos NÃO encontramos:

- (A) o enfoque é baseado no processo e a preocupação maior é com as atividades;
- (B) superiores e subordinados definem conjuntamente os aspectos prioritários;
- (C) superiores e subordinados estabelecem objetivos (resultados) a serem alcançados num determinado período de tempo e em termos quantitativos;
- (D) superiores e subordinados acompanham sistematicamente o desempenho (controle) e fazem as correções necessárias;
- (E) é uma técnica participativa de planejamento e avaliação.

27. A teoria clássica recebeu, dentre outras, as seguintes críticas, EXCETO:

- (A) é uma abordagem da organização formal;
- (B) é uma abordagem do sistema aberto;
- (C) é uma abordagem típica da teoria da máquina;
- (D) é uma abordagem incompleta da organização;
- (E) é uma abordagem do sistema fechado.

28. A experiência de Hawthorne desenvolveu-se a partir da famosa série de estudos realizados na Western Electric Company entre os anos de 1924 e 1933. Essa experiência – os chamados “estudos de Hawthorne” – marca o início da:

- (A) abordagem das relações humanas;
- (B) teoria científica;
- (C) teoria do comportamento organizacional;
- (D) abordagem sociotécnica;
- (E) teoria clássica.

29. Max Weber desenvolveu uma teoria que enfatizava a necessidade de uma hierarquia estritamente definida e governada por regulamentos e linhas de autoridade claramente definidos. A teoria desenvolvida por Max Weber foi a:

- (A) teoria clássica;
- (B) teoria científica;
- (C) abordagem das relações humanas;
- (D) teoria da administração burocrática;
- (E) abordagem sociotécnica.

30. Sobre a discussão da administração estratégica, através da qual a alta administração estabelece um amplo programa de objetivos organizacionais e define os meios para alcançá-los é correto afirmar que, EXCETO:

- (A) eficácia é a capacidade de minimizar o uso de recursos para alcançar os objetivos da organização: “fazer certo as coisas”;
- (B) o planejamento é o processo de estabelecer objetivos e as linhas de ação adequadas para alcançá-los;
- (C) planos estratégicos são planos elaborados para alcançar os objetivos genéricos de uma organização;
- (D) declaração de missão é um objetivo amplo da organização – baseado em premissas de planejamento – que justifica a existência da organização;
- (E) premissas de planejamento são suposições básicas sobre o propósito de uma organização, seus valores, competências peculiares e seu lugar no mundo.

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

31. Pelo Plano de Seguridade Social, previsto no art. 183 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a contribuição mensal do servidor público civil inativo, dos três Poderes da União, para o financiamento do custeio com proventos e pensões dos seus servidores, é de:
- (A) 3% (três por cento);
 (B) 5% (cinco por cento);
 (C) 10% (dez por cento);
 (D) 11% (onze por cento);
 (E) 25% (vinte e cinco por cento).
32. A Reforma do Estado em que o Ministro Bresser Pereira tentou implantar a chamada Administração Pública Gerencial no Brasil preconizava a criação de Organizações Sociais-OS. Tais organizações poderiam ser geridas através de:
- (A) plano de ocupação do espaço físico disponível das OS;
 (B) contrato de gestão entre a OS e o respectivo ministério supervisor;
 (C) orçamento próprio obtido pela venda de seu patrimônio;
 (D) programa de publicização de suas ações;
 (E) programa de cunho social.
33. O MARE, Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado foi criado através do Programa de Reestruturação e Qualidade dos Ministérios, no Governo do Presidente:
- (A) Getúlio Vargas;
 (B) Juscelino Kubitschek;
 (C) Fernando Henrique;
 (D) Castello Branco;
 (E) Lula da Silva.
34. A Escola Clássica da Administração foi aquela que enfatizou o estudo:
- (A) das relações humanas;
 (B) dos tempos e movimentos nos processos de trabalho;
 (C) das contingências nos recursos humanos;
 (D) da ciência da contratação de pessoas;
 (E) dos sistemas sócio-técnicos.
35. Se o Taylorismo e o Fordismo projetavam um tipo ideal de organização baseada na racionalização sem flexibilidade, a organização contigencial, pós-taylorista e pós-fordiana, conjuga:
- (A) a máxima racionalidade com a máxima flexibilidade;
 (B) a globalização com a internalização dos recursos humanos;
 (C) o paradigma de organização com os processos seletivos de gestão de pessoas;
 (D) os círculos de controle da qualidade com as rotinas burocráticas;
 (E) a eficiência organizacional com projetos de recursos humanos.
36. A legislação que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é o (a):
- (A) Decreto 5.707, de 23 de fevereiro de 2006.
 (B) Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
 (C) Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;
 (D) Lei 9.515, de 20 de novembro de 1997;
 (E) Lei 3.780, de 12 de julho de 1960.
37. Entende-se por "capacitação", no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (Decreto 5.707, de 23 de fevereiro de 2006):
- (A) o processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio de competências individuais;
 (B) o processo contínuo e permanente de ensino e aprendizagem, com o propósito de desenvolver habilidades, técnicas sociais e conhecimentos científicos;
 (C) o processo de desenvolvimento científico nas empresas públicas;
 (D) eventos técnico-científicos de desenvolvimento de habilidades e intercâmbios de objetivos de ensino;
 (E) o processo de elaboração de cursos presenciais e à distância.
38. Enquanto o discurso neoliberal dos anos 80 enfatizava a desregulamentação e os direitos soberanos das companhias, a partir de meados dos anos 90, dentre as temáticas abaixo trazidas à arena da discussão pública as exceções foram:
- (A) as práticas de gestão e as iniciativas voluntárias ou flexíveis de auto-regulamentação;
 (B) os códigos de ética corporativa e o sistema de gestão ambiental;
 (C) a burocracia weberiana e a segurança nacional;
 (D) as falhas da desregulamentação e da capacidade regulatória do Estado;
 (E) as políticas públicas de regulação da conduta empresarial.
39. No processo de privatização, levado a cabo na segunda metade da década de 1990, destaca-se como instrumento de *accountability*:
- (A) a promoção da transparência e controle social na prestação dos serviços públicos;
 (B) a deficiência de mecanismos de participação social por parte das agências governamentais;
 (C) a responsabilidade social das empresas públicas e privadas;
 (D) o interesse coletivo dos consumidores;
 (E) as possibilidades sociais das ONGs- Agências Não Governamentais.

40. As "organizações que aprendem" são aquelas que:
- (A) possuem divisões de ensino-aprendizagem em sua estrutura organizacional;
 - (B) têm facilidade em admitir e demitir funcionários;
 - (C) copiam outras organizações e desaprendem com a experiência delas;
 - (D) desaprendem coisas que fizeram sucesso apenas no passado;
 - (E) possuem capacidade de adaptação às mudanças aceleradas que ocorrem no mundo.
41. As organizações podem adquirir conhecimentos e desenvolver competências através de processos proativos e reativos. Dentre os processos proativos estão:
- (A) a experimentação e a inovação;
 - (B) as rotinas e os procedimentos administrativos;
 - (C) as metodologias gerenciais de comunicação e inclusão social;
 - (D) a resolução sistemática de problemas e a avaliação de desempenho;
 - (E) a contratação de pessoal para injetar "sangue novo" na organização.
42. De acordo com a Política e Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal, cabe à ENAP- Escola Nacional de Administração Pública:
- (A) melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão;
 - (B) realizar anualmente a racionalização dos gastos efetivos dos órgãos públicos com capacitação;
 - (C) promover, elaborar e executar ações de capacitação, bem assim coordenar e supervisionar programas de capacitação gerencial do pessoal civil;
 - (D) desenvolver competências tecnológicas e relacionais no âmbito do setor público;
 - (E) servir de Escola de Governo para os governos federal, estadual e municipal.
43. O Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, instituído pela Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, inclui organizações como a FIOCRUZ e o IBGE. As categorias profissionais contempladas por este plano são:
- (A) pesquisadores, analistas e tecnólogos;
 - (B) militares, médicos e geólogos;
 - (C) analistas, cientistas e administradores;
 - (D) pesquisadores, cientistas e geógrafos;
 - (E) médicos, cientistas e administradores.
44. Pela Lei 8112/ 1990, o provimento dos cargos públicos se concretizará através de diversas formas, tais como:
- I. nomeação, promoção e readaptação.
 - II. reversão, aproveitamento e reintegração.
 - III. readaptação, transferência e ascensão.
- (A) apenas a afirmativa I está correta;
 - (B) apenas a afirmativa II está correta;
 - (C) somente as afirmativas I e III estão corretas;
 - (D) somente as afirmativas II e III estão corretas;
 - (E) todas as afirmativas estão corretas.
45. A concessão de Licença para Capacitação ao servidor, após cada quinquênio de efetivo exercício, está condicionada:
- (A) à aprovação do Comitê Gestor;
 - (B) à reserva de recursos;
 - (C) à jornada semanal do servidor;
 - (D) ao planejamento interno da Unidade Organizacional;
 - (E) às competências anteriormente demonstradas pelo servidor.
46. A mais antiga contribuição da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, mantida na Lei nº 8.112/1990 foi o acesso a cargo público somente permitido mediante:
- (A) terceirização;
 - (B) processo seletivo público;
 - (C) concurso público;
 - (D) contratação;
 - (E) estágio remunerado.
47. De acordo com o RJU/1990, a Ajuda de Custo destina-se a compensar as despesas de instalação do servidor que passa a ter exercício de suas funções em nova sede, com caráter permanente. Somente será concedida àquele que não sendo servidor da União:
- (A) for nomeado para cargo em comissão, com mudança de domicílio;
 - (B) em virtude de mandato eletivo;
 - (C) afastar-se em caráter eventual;
 - (D) não faz parte da família do servidor;
 - (E) for designado para fiscal do Imposto de Renda.
48. Dentre as formas de movimentação e pessoal, permitidas pelo RJU/1990, está a remoção de servidor. Remoção é o:
- (A) deslocamento de servidor do respectivo cargo para o quadro de pessoal de outro órgão público;
 - (B) deslocamento de servidor, por necessidade de serviço, para outro órgão do mesmo Ministério;
 - (C) deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede;
 - (D) deslocamento do servidor para acompanhar o cônjuge;
 - (E) deslocamento de servidor para o hospital em virtude de problemas de saúde.

49. É passível de demissão, de acordo com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos, aquele que praticar, dentre outros atos:

- I. corrupção e abandono do emprego;
- II. incontinência pública e conduta escandalosa na repartição;
- III. acúmulo ilegal de cargos públicos e revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo.

- (A) todas as afirmativas estão corretas;
- (B) apenas as afirmativas II e III estão corretas;
- (C) apenas a afirmativa III está correta;
- (D) apenas as afirmativas I e II estão corretas;
- (E) apenas as afirmativas I e III estão corretas.

50. O servidor público será aposentado compulsoriamente aos setenta anos de idade, com:

- (A) 80% dos seus proventos;
- (B) proventos proporcionais ao tempo de serviço;
- (C) 25% dos seus proventos;
- (D) 35% dos seus proventos;
- (E) com proventos integrais.